

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de janeiro de 2019 às 07h52
Seleção de Notícias

Valor Econômico | BR

ABPI

Fila para analisar patentes anda devagar e retarda inovação 3
BRASIL

G1 - Globo | BR

28 de janeiro de 2019 | Desenho Industrial

Após ser denunciado por plágio pela Ferrari, dentista quer criar veículo exclusivo 4
VALE DO PARAÍBA E REGIÃO

BOL - Notícias | BR

28 de janeiro de 2019 | Propriedade Intelectual

Trump se reunirá com vice-premiê da China para negociação comercial 6

Blog drible de corpo - CorreioBraziliense.com.br | BR

27 de janeiro de 2019 | Marco regulatório | INPI

Por que os clubes estão virando marcas de alto renome? Especialista em propriedade intelectual responde 7
MARCOS PAULO LIMA

Campo Grande News | MS

28 de janeiro de 2019 | Direitos Autorais

Plágio acadêmico: consequências jurídicas 9

Fila para analisar patentes anda devagar e retarda inovação

BRASIL

Conjuntura Apesar de quedas recentes,
avaliação de pedido leva 10 anos no Brasil,
ante 2,2 anos nos EUA

Após ser denunciado por plágio pela Ferrari, dentista quer criar veículo exclusivo

VALE DO PARAÍBA E REGIÃO



Morador de Cachoeira Paulista fez um protótipo do modelo F40 da Ferrari, mas foi rastreado pelo setor de propriedade da escuderia italiana após colocar réplica a venda. Réplica foi apreendida, pode ser destruída e ele pode responder juridicamente pelo caso.

Depois de criar uma réplica de um carro da Ferrari, ser denunciado pela marca italiana por plágio e ter o protótipo apreendido pela Polícia Civil, o dentista Vitor Estevan diz que vai investir na criação de um veículo com modelo original. Ele levou mais de um ano para reproduzir o modelo de luxo da escuderia italiana e pode ter sua criação destruída caso a perícia comprove a cópia do modelo. (



"Já que a cópia causou problemas, criar um modelo exclusivo seria o melhor caminho a seguir", desabafa. O protótipo do modelo F40 foi apreendido e está no pátio de Lorena. Após a perícia, a polícia vai concluir o inquérito e apresentar um laudo à justiça. Se for comprovado o plágio, além da destruição do veículo, o dentista de Cachoeira Paulista (SP) pode responder por copiar **desenho industrial** sem autorização.

Com o impasse com a empresa em andamento e correndo o risco de responder criminalmente pelo 'projeto', o dentista decidiu criar um modelo próprio e já trabalha no design. Segundo ele, seria o novo veículo será um modelo 4x4 para uso militar. Nos detalhes técnicos, ele planeja ainda um veículo sustentável, movido por um motor elétrico.

"Sou fã do Senna e ele é minha inspiração. Quando olho para ele, vejo que precisamos de brasileiros assim: entusiastas. Precisamos elevar o país a outro nível e revelar o nosso potencial de criação. Quero dar exemplo a essa nova geração de crianças de que é possível realizar os sonhos, desde que façam com dedicação", diz.



Continuação: Após ser denunciado por plágio pela Ferrari, dentista quer criar veículo exclusivo

Segundo o dentista, o futuro modelo já está sendo desenhado e deve levar cerca de um ano para sair do papel. Sobre o investimento, ele calcula que deve gastar cerca de R\$ 80 mil para a construção da nova empreitada.

Autointitulado 'entusiasta de ciência e tecnologia', ele desenvolveu métodos de produção para otimizar o tempo de produção e assim conseguir alcançar o sonho da Ferrari própria. Ter o modelo era uma vontade que guardava desde a infância, mas por não ter condições financeiras para adquirir e manter o veículo - já que o modelo F40 tem preço mínimo estimado em R\$ 4 milhões - resolveu criar o próprio 'possante'.

Vitor trabalhava há mais de um ano na reprodução do modelo quando foi descoberto pela Ferrari depois de uma publicação em um site de vendas em que oferecia R\$ 80 mil pela réplica que construiu. Ele disse que por dificuldades financeiras, cogitou se desfazer da criação, chegou a colocar um anúncio na internet, mas em seguida decidiu que não iria se desfazer do

protótipo.

A empresa encontrou o anúncio e registrou um boletim de ocorrência pedindo que ele fosse investigado por uso de propriedade intelectual da marca, no caso do design. Há dois anos a marca tem acompanhado, de maneira a frear, cópias de seus modelos sem autorização - sobretudo as ocorrências em que é identificada a tentativa de obter lucro, como, segundo o advogado que representa a empresa, foi detectado no caso.

O dentista explica que nunca tinha saído com o carro da garagem e ele ainda não estava pronto, mas colocou à venda depois que sua clínica foi furtada e todos os equipamentos foram levados. Ele queria o valor para reabrir o espaço, mas desistiu da venda e passou a atuar como prestador de serviços para manter o protótipo.

A conclusão do inquérito pela Polícia Civil será feita até o dia 12 de fevereiro.

Trump se reunirá com vice-premiê da China para negociação comercial

Washington, 28 Jan 2019 (AFP) - O presidente americano, Donald Trump, se reunirá nesta semana com o vice-primeiro-ministro da China, Liu He, no contexto das negociações comerciais entre os dois países, anunciou nesta segunda-feira (28) o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin.

Liu He encabeça uma delegação de cerca de 30 altos funcionários que viajou a Washington em um momento em que Estados Unidos e China trabalham para chegar a um acordo antes da data limite de 1 de março, após o qual entrarão em vigor fortes tarifas americanas.

O ano passado ambos governos impuseram tarifas sobre bens por 360 bilhões de dólares.

Trump criticou como principal problema o déficit comercial, mas nas negociações a equipe americana também pede reformas mais profundas na política industrial chinesa.

Mnuchin disse aos jornalistas que esperava "um progresso significativa nessas reuniões" e explicou que os três principais temas para os Estados Unidos são o reforço de qualquer acordo, o fim da política chinesa de obrigar as empresas a estabelecer associações e companhias locais e a proteção da **propriedade intelectual**.

dg/hs/an/gma/cc/mvv

Comunicar erro

Por que os clubes estão virando marcas de alto renome? Especialista em propriedade intelectual responde



No início deste mês, o Clube de Regatas do Flamengo foi reconhecido pelo Instituto Nacional de **Propriedade Intelectual (INPI)** como marca de alto renome. Com isso, o time carioca passou a receber um tratamento diferenciado em relação a marcas comuns, ou seja, uma proteção adicional. Nenhum estabelecimento comercial, produto ou serviço, em qualquer ramo de atividade, poderá utilizar a marca Flamengo para a designação de seu negócio. A pedido do blog, o advogado Luciano Andrade Pinheiro, especialista em **propriedade intelectual** e sócio do Corrêa da Veiga Advogados explica em um FAQ com 10 perguntas e respostas sobre essa novidade que deve blindar a marca de outros clubes ao longo do ano.

O que é o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (**INPI**)?

Uma autarquia Federal que cuida dos registros de marcas e **patentes** no Brasil.

O que é uma **Marca** de alto renome?

Uma marca que, por sua notoriedade, ganha um status diferenciado das demais.

Hoje, há quantas marcas de Alto renome? O que é necessário para obter a certificação?

Pouco mais de uma centena no Brasil. Um processo no qual o **INPI** analisará se a marca tem o chamado goodwill, que é prestígio e reputação perante o público.

De que forma a Lei de Propriedade Industrial blindará os clubes?

Na verdade, é a Lei Pelé que protege os símbolos dos clubes, aí incluído o nome, o hino, o escudo, o uniforme

O Flamengo passou a ter a marca protegida pelo **INPI**. O que isso significa na prática?

O reconhecimento da marca Flamengo como de alto renome significa uma ampliação na proteção. Qualquer uso dessa marca, em qualquer ramo de atuação, tem que ser precedida de uma autorização.

Quais são as vantagens em caso de conflitos judiciais?

A marca de alto renome tem uma amplitude genérica, não só na área de atuação do titular como nas marcas comuns.

Quais são os riscos de não ter a marca protegida pelo **INPI**?

Sem registro não há proteção de uma marca.

O Flamengo é o primeiro clube a se proteger. Como está a movimentação dos demais?

O Flamengo é o primeiro a obter a certificação de alto renome. Outros clubes já pediram (entre eles, o Corinthians), mas ainda estão no processo de reconhecimento.

Continuação: Por que os clubes estão virando marcas de alto renome? Especialista em propriedade intelectual responde

O que acontece com estabelecimentos que usavam o nome do Flamengo antes da proteção? E com os novos estabelecimentos?

Hoje, qualquer estabelecimento que pretenda usar o nome Flamengo necessariamente precisará de autorização, porque a marca de alto renome é assegurada proteção especial em todos os ramos de atividade.

Até que ponto isso fortalece a internacionalização da

marca?

O reconhecimento no Brasil da marca de alto renome garante ao Flamengo uma maior facilidade na obtenção do registro de sua marca em outros países.

Siga o blogueiro no

Plágio acadêmico: consequências jurídicas



Para se falar do tema, é importante partir da análise do lema do próprio plagiador: "Na vida, nada se cria, tudo se copia". Frase esta que é, inclusive, uma cômica tentativa de um plágio mal feito da célebre *"Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma."*, cunhada pelo famoso químico francês Lavoisier, do século XVIII. Nota-se, por óbvio, que essa prática já começa mal, pois transforma um enunciado verdadeiro em uma afirmação maliciosa.

Várias circunstâncias contribuem para a prática do plágio, que, segundo muitos professores, é uma "praga" no meio acadêmico. A internet é considerada uma das maiores vilãs dessa história, pois o fácil acesso ao conteúdo torna difícil resistir à tentação do "Ctrl C", "Ctrl V". Porém, essa ferramenta não é e não deve ser considerada a única responsável. Outros fatores, como a falta de tempo diante do dia a dia atribulado, contribuem para dificultar a dedicação de horas a mais para leitura, síntese, reflexão, organização e produção. Há também a falta de preparo, consequência de um ensino que pouco estimula a leitura e a produção de textos. Tudo ainda é fomentado pela esperança da impunidade, pois salvo raras exceções, poucos professores se preocupam em efetivamente advertir e punir casos de plágio.

Assim, a facilidade de acesso a outros trabalhos, a falta de preparo para a produção de textos, a escassez de tempo (talvez o melhor seria dizer a "má administração do tempo") e a certeza de impunidade tornam o plágio uma tentação difícil de resistir. Entretanto, a "frieza da lei" é alheia à "fraqueza da carne" e a punição é reservada para aqueles que são pegos utilizando-se desse ilegal e imoral artifício. A saber, existem consequências jurídicas cíveis, criminais e administrativas para o plagiador.

A LDA - Lei dos **Direitos Autorais** - garante ao autor de uma obra direitos morais e patrimoniais sobre a mesma. Os "direitos morais" são aqueles relacionados à paternidade da obra. É o caso da possibilidade de reivindicar, a qualquer tempo, sua autoria, tendo seu nome divulgado como autor. Já os direitos patrimoniais são os relacionados aos aspectos financeiros.

Dentro da seara cível, o plagiador será obrigado a publicar por três vezes em jornal de grande circulação dos domicílios do autor, do intérprete e do editor a informação de quem é o verdadeiro autor da obra, bem como pagará uma indenização pecuniária pelos danos morais causados ao plagiado, a qual será arbitrada pelo juiz a partir da análise das peculiaridades do caso concreto, tais como a abrangência do plágio, a notoriedade do plagiado, os benefícios ao plagiador etc. Apesar de ser mais difícil de acontecer no meio acadêmico, se eventualmente ocorrerem ganhos financeiros ao plagiador, este ainda será obrigado a indenizar pelos danos materiais.

O aspecto criminal do plágio está previsto no artigo 184 do Código Penal, que prevê a pena de três meses a um ano, ou multa, a quem violar **direito autoral**. Se houver intuito de lucro direto ou indireto, a pena aumenta para reclusão de dois a quatro anos e multa. Ainda que não ocorra o efetivo recolhimento à prisão do plagiador, as consequências são bastante danosas, pois os concursos públicos, ao avaliarem o histórico do candidato, costumam desclassificar quando há an-

tecedentes criminais por ser a conduta incompatível com a lisura esperada do servidor público. Além disso, numa eventual outra condenação, ainda que por um crime de menor potencial ofensivo, poderá ter que cumprir a pena num regime inicial mais gravoso, além do que não poderá o plagiador valer-se do benefício da transação penal, por exemplo.

Quanto às consequências administrativas dentro da academia, o que se observa é que cada instituição de ensino adota postura diferente, sendo comum a prática de possibilitar ao estudante a correção do trabalho. Porém, há a liberdade para reprová-lo, obrigando-o a cursar novamente a disciplina. Há decisões judiciais confirmando a perda do título de pós-graduação (especialização, mestrado e até doutorado) quando posteriormente é descoberto o plágio.

Provavelmente, as ocasiões em que mais ocorrem plágios são no ensino médio e na graduação, até mesmo por conta da fase de amadurecimento do raciocínio crítico pelo qual está passando o aluno. Porém, são raras as decisões judiciais acerca dessas situações. Acredito que isso se deve à baixa publicidade dos conteúdos desses trabalhos, diferentemente do que ocorre a nível de mestrado e de doutorado, em que as dissertações e as teses costumam ser publicadas em revistas científicas e estas são consultadas e, conseqüentemente, fiscalizadas pelo meio acadêmico.

Situação igualmente grave a do plágio é a da aquisição do trabalho acadêmico elaborado por outra pessoa, conduta que configura crime de falsidade ideológica punido com 1 (um) a 5 (cinco) anos de reclusão e multa.

Evidente que, descoberto o plágio, a instituição tem o direito de reprovar o aluno e de repudiar a prática porém, isso deve ser feito dentro do princípio da razoabilidade e nos limites do necessário para o caso, evitando-se que o exercício da legítima prerrogativa de censurar a atitude se torne um abuso de direito,

passível de ofensa à dignidade da pessoa humana do aluno.

Em 2011, um caso foi bastante divulgado pela mídia nacional quando a USP demitiu um professor do programa de doutorado em decorrência de plágio na utilização de imagens. Na época foi afirmado pelo então reitor acerca dos "efeitos pedagógicos" da punição. Entretanto, aquela era a "primeira exoneração do tipo em 15 anos" (conforme divulgado pela Folha de São Paulo em 20.02.2011).

Isso me faz lembrar da lição do filósofo jurista Cesare Beccaria, que afirmava que a melhor maneira de desestimular o desrespeito às leis é acabar com a esperança de impunidade. De nada adianta exonerar um professor pesquisador para que "sirva de lição" se inúmeros outros casos passam impunes. Se houvesse a certeza de que cada plágio será punido, sem exceção, certamente haveria um resultado muito melhor quanto ao respeito aos **direitos autorais**.

Portanto, o plágio nos trabalhos acadêmicos é uma atitude reprovável e ilegal, tanto na esfera cível, quanto na esfera criminal e também no âmbito administrativo da instituição de ensino, devendo sua prática ser coibida a partir de medidas de conscientização, de prevenção e de repressão.

O jurista J.J. Calmon de Passos afirmou: *"Os gigantes de ontem só nos são úteis se permitirem que, subindo em seus ombros, possamos ver além do que foram capazes de vislumbrar"*. Por isso, o plágio é triste não só pela condição de esterilidade intelectual do próprio aluno, mas também porque a comunidade científica perde a oportunidade de alcançar mais um degrau, no qual poderia subir em direção ao aperfeiçoamento do conhecimento.

HENRIQUE LIMA. Advogado (www.henriquelimab.com.br)

Mestre em direito pela Universidade de Girona - Espanha e pós-graduado em Direito Constitucional, Ci-

Continuação: Plágio acadêmico: consequências jurídicas

vil, do Consumidor, do Trabalho e de Família. Autor de livros e artigos, jurídicos e sobre temas diversos. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5217644664058408>.

PASSOS, J. J. Calmon de. O futuro do Estado e do Direito do Estado. Democracia, Globalização e o Nacionalismo. Revista Eletrônica sobre a Reforma do

Estado, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n. 2, junho/julho/agosto, 2005. Disponível na internet: <http://www.direitodoestado.com.br>. Acesso em 02 de dezembro de 2013.

Índice remissivo de assuntos

ABPI

3

Propriedade Intelectual

3, 6, 7

Marco regulatório | INPI

3, 7

Patentes

3, 7

Desenho Industrial

4

Direitos Autorais

9